Ata da Sessão Ordinária realizada aos 20 (vinte) dias do mês de outubro de 2021, às 11h30, no Plenário da Câmara Municipal de Quissamã, situada à Avenida Francisco de Assis Carneiro da Silva, nº 497, Alto Alegre, Quissamã, Estado do Rio de Janeiro. O presidente Márcio Oliveira Pessanha cumprimentou a todos os presentes e solicitou ao primeiro-secretário Leone Cordeiro, que faça a chamada dos senhores vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo de Quissamã, o presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao primeiro-secretário que faça o sorteio dos oradores e anuncie a ordem: Ailson Belarmindo, José Maurício, Janderson Chagas, Alexandra Moreira, Fábio Castro, Leone Cordeiro, Simone Flores e Márcio Pessanha. O presidente colocou em votação simbólica a dispensa da leitura das Indicações e dos Ofícios respostas as Indicações, sendo aprovada. O presidente solicitou ao primeiro-secretário a leitura das matérias constantes no Expediente: Ofício nº 36/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 385/2021 em resposta ao Ofício CMQ 334/2021, que encaminhou a Indicação nº 220/2021 de autoria do vereador Ailson Belarmindo. Ofício nº 399/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício Nº 390/2021 em resposta ao Ofício nº 150/2021, encaminhada através da Indicação nº 087/2021, de autoria do vereador Fábio Castro. Ofício nº 400/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 391/2021 em resposta ao Ofício nº 197/2021, encaminhada através da Indicação nº 130/2021, de autoria do vereador Cássio Marins Reis. Ofício nº 401/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 392/2021 em resposta ao Ofício nº 255/2021, encaminhada através da Indicação nº 169/2021, de autoria do vereador Fábio Castro. Ofício nº 402/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 393/2021 em resposta ao Ofício nº 276/2021, encaminhada através da Indicação nº 183/2021, de autoria do vereador Ailson Belarmindo Barreto. Ofício nº 403/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício Nº 394/2021 em resposta ao ofício nº 293/2021, encaminhada através da Indicação nº 198/2021, de autoria do vereador Rildo Barcelos Sobrinho. Ofício nº 404/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 395/2021 em resposta ao Ofício nº 318/2021, encaminhada através da Indicação nº 211/2021, de autoria da vereadora Simone Flores. Ofício nº 405/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 396/2021 em resposta ao Ofício nº 320/2021, encaminhada através da Indicação nº 213/2021, de autoria da vereadora Simone Flores. Ofício nº 406/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 397/2021 em resposta ao Ofício nº 033/2021, encaminhada através do gabinete do vereador Ailson Belarmindo Barreto. Ofício nº 407/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 398/2021 em resposta ao Ofício nº 338/2021, encaminhada através da Indicação nº 226/2021, de autoria do vereador

Fábio Castro. Ofício nº 408/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 399/2021 em resposta ao Ofício nº 339/2021, encaminhada através da Indicação nº 234/2021, de autoria do vereador Ailson Belarmindo Barreto. Ofício nº 311/2021 de autoria do Poder Executivo. Assunto: Ofício nº 311/2021 da secretaria de saúde, que encaminha slide nº 57, apresentado em Audiência Pública do segundo quadrimestre de 2021. Indicação nº 275/2021 de autoria do vereador Ailson Belarmindo. Assunto: Indica a Excelentíssima Prefeita Municipal de Quissamã/RJ, a Sr ª Maria de Fátima Pacheco, que junto a Secretaria competente, estude a possibilidade de conceder um benefício fiscal para empresas privadas (que possuam 6 ou mais colaboradores), instaladas no município, para contratarem pessoas com necessidades especiais. Indicação nº 276/2021 de autoria do vereador José Maurício. Assunto: Indica à Excelentíssima chefe do poder Executivo de Quissamã, Sra. Maria de Fátima Pacheco, a construção da Sede do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM). Indicação nº 277/2021 de autoria do vereador Fábio Castro. Assunto: Implantação de um sistema virtual online para pagamento de taxas municipais. Indicação nº 278/2021 de autoria da vereadora Simone Flores. Assunto: Indica a Excelentíssima prefeita municipal de Quissamã/RJ, a Sra. Maria de Fátima Pacheco, que junto a secretaria municipal competente, estude a possibilidade de instituir um Programa Municipal de Cirurgia Bariátrica, contando com equipe multidisciplinar e com realização de cirurgias no Hospital Municipal Mariana Maria de Jesus. Indicação nº 279/2021 de autoria da vereadora Simone Flores. Assunto: Indica a Excelentíssima prefeita municipal de Quissamã/RJ, a Sra. Maria de Fátima Pacheco, que junto a Secretaria Municipal competente, estude a possibilidade de aumentar o patrulhamento preventivo e ostensivo pela Guarda Civil Municipal no Terminal Rodoviário de Caxias e nas suas imediações. Indicação nº 280/2021 de autoria da vereadora Simone Flores. Assunto: Indica a Excelentíssima prefeita municipal de Quissamã/RJ, a Sra. Maria de Fátima Pacheco, que junto a Secretaria Municipal competente, estude a possibilidade de realizar o complemento da urbanização do bairro Piteiras, com o asfaltamento de todas as ruas do referido bairro. Ato contínuo, os vereadores se manifestaram cumprimentando os membros da Mesa Diretora, os funcionários desta Casa, o público presente e os ouvintes através dos meios de comunicação. Por ordem de sorteio, fez uso da palavra o vereador Ailson Belarmindo e iniciou sua fala defendendo a Indicação de sua autoria, onde pede benefício fiscal as empresas privadas que contrate pessoas portadoras de necessidade especial e a prefeitura, seda um benefício fiscal às empresas que empreguem esses profissionais. Agradeceu a resposta do Ofício que fez a respeito dos quatro policias do

PROEIS, que vão ser contratados e conversou com o secretário de segurança, Paulo Vitor Arquejada, pois é muito bom quando se faz Indicações que vão de encontro a população. Disse que existe a conversa de que toda vez que o servidor precisar de um dia de folga, este servidor deverá dar entrada no protocolo e ficou satisfeito com essa resposta que recebeu através do Oficio. Informou que esteve hoje na Escola Regina Celi Passos durante a entrega dos produtos da agricultura familiar e parabenizou o município, mais uma vez dando referência de competência. Disse que visitou algumas secretarias e conversou com o coordenador da Defesa Civil, Alves que fez um levantamento positivo e narrou de como pegou a coordenadoria e como está hoje, com uma boa equipe de trabalho, com quatro veículos e disse que já é de intenção da Prefeita Fátima fazer a ampliação e a reforma do posto da Defesa Civil. Esteve com a secretária Tânia Magalhães, a qual tem feito um excelente trabalho nos CRAS do município. Mencionou a abertura do CRAS em Caxias, também existe a iniciativa da abertura de um CRAS na Penha e isso vai ser muito bom, pois atenderá o pessoal do Alto Grande e Praia. O resultado das ações desse governo é esse: Jovem em Ação, Agente Mirim, PAI, Renda Miníma, um total de mais de um milhão de reais (R$1.000.000,00) por mês no mercado. Falou também em relação a ação da reforma da Guarda Municipal, dando qualidade aos funcionários. Aparteou o vereador Janderson Chagas e disse que está sendo construindo também o alojamento feminino, que não tinha anteriormente. Ressaltou a fala da Sessão de ontem nessa Casa, que muito lhe preocupou, pois na sua opinião a intenção é colocar os nove vereadores contra a população. O vereador perguntou qual a intenção de levantar essa questão do retroativo dos agentes de saúde, sabendo legalmente que essa Casa não tem o poder de ordenar despesas? E que não é papel dessa Casa criar despesa. Disse que tudo aquilo que for para o bem do servidor a gente trabalhará sim, exemplo disso é o plano de cargo e salários dos professores, o plano de cargo dos guardas municipais e que na Lei está mantido a questão dos quinhentos reais (R$500,00) e 25% de responsabilidade fiscal também o artigo 16 da Lei Constituição Federal e o inciso 1º, que estabelece a impossibilidade do presidente de aumentar despesas. Com a palavra, o vereador Maurício Buguinho e iniciou sua fala fazendo agradecimento ao empenho e dedicação da equipe da diretoria do Estádio Municipal de futebol o senhor Aldemir e além do trabalho deles, os mesmos cuidam sobre a questão do COVID. Parabenizou o senhor Carlinhos Pimenta e seu amigo Chico. Falou da satisfação em noticiar o pagamento do décimo terceiro salário aos programas sociais da prefeitura e de maneira muito especial, parabenizou a senhora prefeita. Defendeu a Indicação de sua autoria, a qual visa o fortalecimento das ações de prevenção e

combate a violência doméstica contra mulheres e destacou que o município já possui alguns serviços como sala girassol, para acolher com dignidade essas mulheres vítimas de qualquer tipo de violência. Tem também o NEAH que é o núcleo especializado de atendimento ao homem. O vereador Maurício citou alguns atos de violência a mulher, que foi publicado na segunda-feira, dia 18, um levantamento anual realizado pelo Instituto de Segurança Pública, onde demonstra que mais de 98 mil casos de violência contra a mulher foram registrados, cerca de 290 casos por dia e 11 por hora, disse que o nosso município vem trabalhando muito bem nessa tese. E por isso este vereador está fazendo a Indicação, para a construção da sede própria municipal do CEAM. Ressaltou a patrulha Maria da Penha, que em conjunto fazem um trabalho importante sobre o combate a violência contra a mulher. Disse que recebeu uma informação ontem, que o deixou muito feliz, onde todos as pessoas atendidas pelos programas sociais, vão receber o décimo terceiro. Aparteou o vereador Ailson Belarmindo e disse que essa informação que estão dando, reforça que o governo faz o que nós enquanto Casa do povo fazemos. O vereador Ailson Belarmindo tornou a falar a respeito da equiparação dos salários dos agentes de saúde e guardas de endemias. O vereador Maurício Buguinho agradeceu a colaboração e finalizou sua fala. Com a palavra, o vereador Janderson Chagas e iniciou reforçando a fala dos colegas vereadores, Ailson Belarmindo e Maurício Buguinho, sobre a reunião que tiveram ontem, com a ótima notícia, onde todos que participam dos programas socais do município, vão receber o décimo terceiro e são essas ações que fazem aumentar o desenvolvimento do nosso município. Ressaltou a Indicação feita pelo vereador Ailson Belarmindo, sobre a solicitação de quatro policiais ao PROEIS, os quais são de grande valia para aumentar o serviço de segurança no nosso município. Assim como a indicação solicitada pelo vereador José Maurício, sobre a sede do CEAM. Dizer que hoje está sendo feito a recarga do cartão nutricional. Destacou que teve uma conversa com o Sodré, coordenador do trânsito, sobre o assunto que a gente tem que está sempre falando e conscientizando a população. Falou à população, aos motoristas que faça cumprir a Lei do trânsito brasileiro, para que não ocorra problemas, devido alguns estacionamentos irregulares, que aconteceu na nossa cidade. Colaborando com a fala do vereador Ailson sobre a responsabilidade. Sabendo que estamos aqui para fazer o melhor para a população, para os servidores, porém dizer que não adianta querer muito, e la na frente a gente não conseguir pagar aquilo que é de direito. Nada que vier para essa Casa, que não seja de benefício, nós seremos contra, estaremos sempre votando a favor no que temos condições, porque lá na frente podemos pagar por um erro. Usou da palavra o

vereador Fábio Castro e iniciou destacando sobre o décimo terceiro que vai ser passado para todos as pessoas que fazem parte dos programas das ações sociais do nosso município e ajudar principalmente aqueles que mais precisam e da mesma forma movimentar as vendas no comércio da cidade. Falar também sobre Indicação de sua autoria que, trata-se do pagamento de tributos, nas taxas municipais, implantando um sistema de cobrança virtual, onde os contribuintes pagarão suas contas, com facilidade e com modernidade. Falou sobre os ofícios resposta que foi enviado para essa Casa, sobre a solicitação de colocação de câmeras nos veículos dos transportes coletivo e também sobre a compra de mais dois ônibus novos, para que estas câmeras estejam coligadas no sistema de monitoramento do município, que será implantado nos transportes coletivos e também sobre a compra de mais dois ônibus novos. Outro Oficio também para a secretaria de transporte sobre colocação de câmeras nos veículos dos transportes coletivo e esta câmera estejam coligadas no sistema de monitoramento do município. Outra resposta através de Ofício foi ao curso de qualificação, que já está em andamento para motorista de transporte escolar, área de saúde para atender melhor a demanda das crianças e pacientes. Ressaltou a situação dos ACS, sobre a emenda e só discorda da modalidade de como ela veio. Dizer que vocês tem esse direito e vão receber, só que a prerrogativa do vereador e fazer uma emenda com a base aliada do que é justo para vocês receberem. Usou da palavra a vereadora Alexandra Moreira iniciando sua pauta, destacando que chegou nesta Casa a Certidão de Arrecadação referente ao mês de setembro de 2021, podendo comemorar que recebemos mais de trinta e nove milhões de reais (R$39.000.000,00) que importa em 36.39% da arrecadação. Assistiram nesta Casa uma apresentação da senhora secretária de fazenda, de forma cabal, que a receita de corrente líquida esta privilegiada e com isso poderia dar pelo menos 13% de reajuste ao servidor publico, que está amargando 43% de perda salarial. A referida vereadora relatou que mais uma vez amargamos uma perda de recurso para a construção, onde o Ministério da Saúde publicou no Diário Oficial da União, a construção de uma unidade de saúde da família para o bairro de Machadinha e o município terá de devolver mais de oitenta e um mil reais (R$81.000,00) que já estava depositado nos cofres da prefeitura. Perdemos também recursos para construir uma unidade de saúde no Sitio Quissamã, onde a população pode conferir no Diário Oficial da União e isso não é a primeira vez que acontece, enquanto isso; vocês agentes comunitário de saúde, trabalham em unidades pequenas e sem condições físicas. Disse que perderam a cobertura da estratégia de saúde da família por falta de equipe e de amparo a população distrital, mas que isso não é novidade neste governo, pois perdemos recursos

para a construção da academia de saúde da família, ampliação nas unidades de Caxias, Matias e Alto Grande no ano de 2019, então ouve fala neste Plenário que vai trabalhar, ampliar e fazer. A vereadora Alexandra Moreira debateu uma fala justificando que fica tranquila para falar da atenção básica, estratégia de saúde da família, por que quando esteve na secretaria de saúde no município, foi notabilizado a melhor saúde e atenção básica do Estado do Rio de Janeiro. Realizaram concurso público para a contratação de agente comunitário de saúde, utilizando a prerrogativa da Lei, que somente poderia se inscrever no concurso público os moradores de Quissamã. Também enviou para esta Casa uma Lei que instituiu quotas, que pela primeira vez foi realizado no município um concurso para contratar agente comunitário de saúde com a Lei de quota. Instituiu através de Lei, em 2010, 25% de gratificação no salário dos ACS, por que entendia que o salário desta categoria era ínfimo e não condiz com a nobreza das atribuições dos ACS. No governo que foi secretaria de saúde, construiu a unidade de saúde no Centro, deixaram recursos captados para construiu a unidade de saúde de Barra do Furado, construiu a sede da coordenação da estratégia de saúde da família no bairro do Matias, construiu o prédio da vigilância em saúde que funcionava em uma casa alugada, EPI não faltava, e como existiu êxito na gestão da atenção básica, conseguiram recurso do PMAQ a mais e com isso conseguiu deixar alinhado para o próximo governo, uma gratificação de quinhentos reais (R$500,00) para os agentes comunitário de saúde, portanto; quando se diz nesta Casa que esteve no governo e nada fez, a carapuça não serve para esta vereadora, porque sabe que quem desmobilizou a atenção básica de 2013 até agora, foi governo de Octávio/Furinga, este que hoje é secretário de administração e o governo Maria de Fátima que pode afirmar com propriedade, dados e provas. Fazer citações de Lei neste Plenário deve existir muita responsabilidade, por que quando se diz que tem que fazer estudo de impacto financeiro-orçamentário, é lamentável ter que ouvir essas verborragias, esta vereadora não coloca ninguém contra ninguém, luta pelo que é certo, justo e tem responsabilidade do que fala e assina. Fez uma emenda perfeitamente legal, não existe estudo de impacto financeiro-orçamentário para conceder o que está escrito em Lei e reforçou o que já falou; não precisava de Lei Municipal, basta cumprir a Lei Federal e que pague o que é devido, retroagindo a primeiro de janeiro, porque está na Lei Federal, agora dizer que isto é inconstitucional, é uma berração, que sua emenda teve boa intenção mas é ilegal, isto é um absurdo. Quer negar a emenda, diga o porque; mas não diz que é ilegal, imoral, inconstitucional, estamos falando com pessoas esclarecidas que sabem dos seus direitos. Ontem falaram que governo passado deram calote, pois bem, a

vereadora está com uma relação de 24 ações ajuizadas por um único advogado contra a empresa André Luiz Ribeiro Borges, ABM Serviços de Saúde, que tem uma ação criminal investigando a ex secretária de saúde, por corrupção, formação de quadrilha. Uma empresa que tem mas de sete milhões (R$7.000.000,00) em contrato no município, para uma empresa individual, que alias, são duas; tem 24 ações com a justiça do trabalho e os desembargadores do trabalho estão determinando penhoras e cerca de trinta mil reais (R$30.000,00) que se deve a cada um e até hoje não receberam. Usou da palavra o vereador Cássio Reis e elogiou as palavras do colega Fábio Castro e disse que fique claro que ninguém é contra a ideia do retroativo e sim a forma que chegou, a emenda não se enquadra no que se imagina, segundo o entendimento do jurídico. Hoje não seria um dia para ter esse clima de tensão, é um dia de conquista, o piso vai ser aprovado e se Deus quiser vamos discutir como fazer para esse retroativo está chegando até vocês. O vereador Cássio Reis falou sobre as fortes chuvas e pediu a secretaria, que de uma atenção especial, nas nossas estradas tendo em vista que temos algumas estradas que precisam ser passada máquina, não só para facilitar os transportes coletivos. Falou sobre a questão do décimo terceiro salário, a população que faz parte dos programas sociais e tornou a falar da felicidade e sobre a sua fala na sessão anterior onde no início do ano foi a Brasília e entregou um Ofício a Daniela de Vaguinho, uma deputada que não é muito próxima ao município de Quissamã porém apresentou as dificuldades, a importância daquele projeto, e hoje estão recebendo R$ 300.000,00, para a reforma do ginásio poliesportivo e que nos últimos dias a gente teve a confirmação com relação a R$ 2.000.000,00 do deputado Vinícius Fará, atualmente secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, houve entendimento também por parte do deputado, que essa emenda será interessante para o Consorcio Regional, que atende não só o município de Quissamã, mas outros municípios. Recebeu a resposta do Oficio sobre a Indicação com relação ao centro de tratamento Pós Covid, sabemos do impacto que o Covid acarretou na vida das pessoas e o quanto o pós Covid é importante. Usou da palavra o vereador Leone Cordeiro e iniciando sua fala cobrando mais uma vez a busca pela balança no Machado e o resfriador, tendo em vista ter acompanhado a dificuldade dos produtores que, devido a chuva, não tem transporte para levar o gado, o leite e também a manutenção nas estradas e o pedido não aconteceu e gostaria que os vereadores e o chefe do Executivo fosse lá e presenciasse as dificuldades daqueles moradores. Relatar também a respeito dos animais nas estradas; fizemos um Projeto de Lei, foi aprovado e os animais continuam soltos nas estradas. Na opinião do referido vereador se o Executivo não conseguir

conduzir essa situação, que terceirize, tá na Lei e os motoristas não podem ficar a merce de uma fatalidade. O vereador ressaltou a questão da falta de remédio nas farmácias, como também os exames que não estão sendo feito, então por que fica aqui relatando o que o governo fez de bom, isso é dever do governo, a gente deve buscar aqui onde estão as falhas e porque o governo não está fazendo? Disse que vai trazer um Projeto solicitando que dê essa transparência à população e a gente tem que parar de falar que Quissamã está tudo maravilhoso; por que não está. Parabenizou a vereadora Alexandra Moreira, porque esteve no mandato passado com a vereadora e viu a luta pelos agentes de controle de endemia e hoje a gente vai votar a favor da emenda da vereadora porque ouvimos alguns discursos aqui, sobre o retroativo mais se a chefe do Executivo quisesse dar esse reajuste, já teria dado há muito tempo. Aparteou a vereadora Alexandra Moreira e disse que aqui foi dito que vão fazer uma Indicação pra conceder o reajuste para nivelar o piso, pois bem, a vereadora, em de 12 de maio de 2021 apresentou uma Indicação no Plenário e foi enviada a prefeita e ate hoje não teve resposta e Indicação não pode ser repetida no mesmo ano. O vereador Leone Cordeiro pediu ao presidente que se crie uma comissão do Executivo porque tem percebido que todas as vezes que eles fazem uma Indicação, ou solicitação direcionado ao Executivo que vai de encontro a população, vem um parlamentar e informa que não pode. O vereador Leone Cordeiro relatou mais uma vez as perseguições que estão acontecendo por parte do Executivo aos que foram desligados covardemente dos seus serviços, e pediu que permaneçam na fé, porque tudo passa. Parabenizou e agradeceu a todos os professores e funcionários da educação e presenciou o carinho por receber nossas crianças na volta as aulas e que Deus abençoe a todos. Com a palavra a vereadora Simone Flores iniciando sua fala dizendo que ouviu um pronunciamento que ficou sem saber o que está acontecendo, e por isso explicou qual é o papel do parlamentar. Quando se nota uma situação problemática em qualquer localidade, procura-se resolver e vai até o Executivo para resolução do problema. O parlamentar que está interessado em resolver situação consegue, mas existe política e politicagem, onde esta vereadora não é a favor, porque a politicagem é a arte da demagogia. Ouviu hoje nesta Casa que a Lei dos 25 % foi dada no governo Armando Carneiro, mas não foi, a Lei é de 2003 e quem assinou os 25% dos ACS foi o governo de Octávio Carneiro. Está em mãos com a Lei de gratificação, que teve uma articulação e muitas pessoas sabem porque está falando desse assunto, por que ouviu pela secretaria e prefeita que viesse para esta Casa Legislativa a equiparação do salário, isto foi articulado sem retirar nenhuma Lei para melhorar a situação dos ACS. A vereadora Simone Flores salientou que

também quer aumento, mas este aumento precisa ser com responsabilidade e não se pode pagar com royalties. A receita do município aumentou através dos royalties, devido a uma judicialização contra a ANP, ou seja, aumentou algumas parcelas dos royalties em alguns períodos. Então este acrecimento de receita, fez com que o orçamento no município aumentasse, mas dinheiro de royalties não paga salário e dizem que tem juris prudência nesse sentido. Hoje neste Plenário está assumindo um compromisso com os ACS de lutarem pelo retroativo, o formato da emenda que foi feito é inconstitucional, que está no artigo 61, §1°, inciso I da constituição Federal e se fosse possível subscreveriam a emenda, porque nesta Casa não existe intenção de lesar os ACS. Hoje é dia de comemoração, porque está se mantendo os 25% de 2003, a gratificação e além disso estamos elevando o piso para Hum mil e quinhentos e cinquenta reais (R$1.550,00). Disse que o papel do Legislativo é articulação, porque quando queremos um benefício de uma classe, articulamos para o bem, porque a sua preocupação é com a população no geral. Hoje também temos que comemorar o 13° salário para os programas sociais, devido uma articulação com a base, isto sim que é politica. O orçamento no município teve um acréscimo a parti de 2020 com a questão da ANP, antes disso tínhamos sérios problemas orçamentários, principalmente na questão dos recursos próprio, portanto os ACS podem ter certeza que esta Casa, os vereadores da base, vão lutar pelo reajuste do servidor com responsabilidade e vocês tem o compromisso com esta vereadora e todos os vereadores da base que lutaremos pelo pagamento retroativo, administrativamente que vocês receberam sem nenhum beneficio a menos, com isso, o piso vai para dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos(R$2.437,50) com responsabilidade do pagamento em dia. Hoje é sim um dia de festa, que ninguém por politicagem pode tirar o brilho deste dia, portanto contem com o trabalho da Câmara, da base aliada, sem demagogia, porque oposição que se coloca por demagogia é muito fácil, hoje tem um discurso achando que é para o povo se ontem era só chibata no lombo, por que todos sabem quem é a vereadora Alexandra Moreira. Com a palavra o vereador Marcinho Pessanha agradecendo a participação dos ACS no Plenário como servidores, cidadãos e participando de forma responsável como estão se comportando e enalteceu o trabalho incontestável que desenvolvem no município. Deixou seu gabinete a disposição para qualquer momento. Votará a favor da emenda da vereadora Alexandra Moreira, porque não vê nenhum problema, se é direito do servidor, então porque não aprovar. O presidente declarou a Ordem do Dia e colocou em discussão o pedido de urgência solicitado na Mensagem nº 086/2021 de autoria do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 108/2021, que

concede remissão dos débitos decorrentes da cobrança de preço público no ano de 2020. Não havendo discussão, submeteu a Mensagem nº 086/2021 a votação nominal, sendo aprovada por nove (09) votos a favor e dois (02) ausentes em turno único. O presidente solicitou o primeiro-secretário, que faça a leitura do Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, Obras e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 108/2021. Pela ordem, a vereadora Alexandra Moreira solicitou a dispensa da leitura do Parecer, pois esse Parecer está no sistema da Casa e já é de conhecimento dos edis e prima pela legalidade. O presidente colocou em votação simbólica o pedido de dispensa da leitura do Parecer, sendo aprovado. Colocou em discussão o Projeto de Lei nº 108/2021. A vereadora Simone Flores esclareceu que esse Projeto de Lei é muito importante, para remissão dos débitos das pessoas permissionárias de quiosque, pois enfrentamos um período de pandemia e essas pessoas ficaram muitas vezes com esses quiosques fechados e a remissão desses débitos é justa. Deu por encerrada a discussão e submeteu o Projeto de Lei nº 108/2021 a votação nominal, sendo aprovado por nove (09) votos a favor e dois (02) ausentes em turno único. O presidente colocou em discussão o pedido de urgência solicitado na Mensagem nº 089/2021 de autoria do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 122/2021, que fixa o piso salarial dos cargos de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias do município de Quissamã. Não havendo discussão, submeteu a Mensagem nº 089/2021 a votação nominal, sendo aprovada por nove (09) votos a favor e dois (02) ausentes em turno único. O presidente solicitou ao primeiro-secretário, que faça a leitura do Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos, Obras e Serviço Público a Emenda Modificativa nº 004/2021 de autoria da vereadora Alexandra Moreira, referente ao Projeto de Lei nº 122/2021. Pela ordem, a vereadora Alexandra Moreira solicitou a leitura do final do Parecer. Esclareceu e arguiu uma questão de ordem, porque o Parecer está errado, pois não é Projeto de Lei nº 113/2021, esse Projeto é de autoria do vereador Leone Cordeiro, que visa a proibição da contratação, nos serviços públicos municipais pessoas que possuem anotações criminais físicas e doméstica a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência e dá outras providências. O que aconteceu foi uma cópia e cola, para negar a sua Emenda, assim como vão negar o Projeto de Lei do vereador Leone Cordeiro. Esse Parecer deveria está no sistema da Casa e não está, a vereadora teve acesso ao Parecer no Plenário com a funcionária dessa Casa e não está assinado pelo vereador Rildo Barcelos, que é o relator e deveria está. São três (03) vereadores: Fábio Castro, Janderson Chagas e Rildo Barcelos, que compõem essa Comissão e que fizeram esse Parecer, que está formalmente

errado e não está assinado pelo vereador Rildo. A vereadora está arguindo essa questão de ordem, porque uma vez o Parecer sendo rejeitado, opinando desfavoravelmente a sua Emenda, não terá discussão da sua Emenda, então temos um problema para resolver nessa Casa. O vereador Fábio Castro expôs que é injusto retirar o Parecer de pauta, pelo fato do número da Emenda está errado, sendo que o conteúdo está correto. A vereadora Alexandra Moreira questionou que falta a assinatura do relator. O vereador Fábio Castro explanou que tem um áudio do relator, informando que avaliou a Emenda e não poderia está na Sessão, porque está em Campos com uma pessoa com problemas de saúde e assim que puder assinará o Parecer. Alegou que com a sua assinatura e com a assinatura do vereador Janderson, pode-se colocar em pauta. A vereadora Alexandra Moreira afirmou que é o relator que confecciona o relatório, só tem a assinatura de dois, o presidente da Comissão está dizendo que é a maioria, porém tem que ter o esclarecimento do relator, porque ele não subscreveu e se não subscreveu, é sinal que ele discorda, então tem que ter as razões pelo qual está discordando, mas se vossa excelência ainda assim quiser conduzir, importará nisso tecnicamente, uma vez não votando essa Emenda, vai obstacularizar a votação do Projeto de Lei, para conceder o piso que é devido. O presidente esclareceu que o Parecer é meramente opinativo, o Plenário é soberano e vai decidir a favor ou contra a Emenda. De fato houve o erro formal e a falta da assinatura do relator, pois quem faz o relatório, deveria ter assinado, mas a maioria assinou. Na sua opinião, colocará para o Plenário, onde terá uma votação e o Plenário decidirá e acha desnecessário mais debates acerca desse tema, que já foi resolvido, vamos ser práticos e objetivos, para ganharmos tempo. Colocou em discussão a Emenda Modificativa nº 004/2021. o presidente acha importante ter a discussão, solicitou que a vereadora Alexandra se manifeste. A vereadora Alexandra Moreira expôs que se manifestará por último, usando a prerrogativa de ser autora da Emenda. A vereadora Simone Flores advertiu que a Emenda, infelizmente peca por inconstitucionalidade e isso está claro. O Parecer é construído pela Comissão de Justiça e Redação, amparada pelos jurídicos dos diversos gabinetes, então não é só o vereador Fábio, Janderson e Rildo, que produziram e o vereador Rildo é o relator, ele tem ciência integral e fez esse Parecer, ele teve um problema hoje e se ausentou e ontem não veio na parte da tarde, para assinar esse Parecer, que está tramitando em regime de urgência, porque o interesse é aprovar, para que os agentes recebam o piso ainda esse mês. Cabe a Emenda? Infelizmente resta prejudicar, é inconstitucional e com relação a ser ou não discutida, toda Emenda mesmo pelo Regimento novo de 2018, toda Emenda mesmo as Emendas consideradas inconstitucionais, elas vem

para esse debate. O direito de vocês precede? Sim. Todos estamos de acordo, nós não estamos de acordo, com o formato inconstitucional, porque fixação de remuneração é atividade privativa da chefe do Executivo e isso não podemos fazer usurpação da atividade. É lamentável, que uma advogada faça essa politicagem, colocando uma Emenda, que sabe que será derrubada por inconstitucionalidade. É importante ter noção, que nós já fizemos Projetos de Lei, que foram para o Executivo, da base, que foram vetados, porque causavam o aumento de despesa, então aqui não está sendo feito politicagem, aqui está sendo feito politica é técnica jurídica. Então o seu voto será a favor do Parecer, porque pelo que observou, houve um erro formal de digitação, isso não invalida o Parecer, que, com certeza, será reparado e acontece com de todo mundo, então o Parecer foi pela ilegalidade, pela inconstitucionalidade da Emenda, ou seja, pelo formato que foi feito. Não nos resta votar a favor de uma Emenda inconstitucional. Trabalharemos para que seja pago o quanto antes, administrativamente o retroativo devido, essa é a verdade, o resto é politicagem. Infelizmente essas categorias não pode ser penalizadas por politicagem; campanha politica acabou, o que estamos fazendo aqui é a legalidade. Fazer uma Emenda só para fomentar uma situação, não é legal, não é plausível. A vereadora é a favor do Parecer e as duas assinaturas, de acordo com o Regimento Interno, já basta para a legalidade desse Parecer. O vereador Ailson Belarmindo votará a favor do Parecer e contra a Emenda, pois já havia mencionado aqui a Lei, falou inclusive que essa Emenda, viola o artigo 16 da Lei de Responsabilidade fiscal, além do artigo 63 da Constituição Federal, além do inciso primeiro, que estabelece a impossibilidade de aumento de despesas nos Projetos de iniciativa do presidente e não está estabelecida na Lei Orçamentária anual. Também falou aqui da questão da comprovação de comprometimento das metas e resultados previstos no parágrafo 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Alegou que nunca viu a ALERJ criar despesas para o governador, isso não nos cabe, nos cabe criar ações, articular com o Poder Executivo, para que as categorias sejam atendidas. Reforçou que essa politica que coloca o servidor público contra essa Casa, é uma politica de muito tempo, mas farão o correto, articularão com dialogo com a prefeita, pois esse é o nosso papel. O seu interesse pessoal não pode sobressair sobre o interesse do outro. O vereador declarou que o seu voto será contra a Emenda, pois não cabe a nós aumentar as despesas. O vereador Leone Cordeiro expôs que acha interessante essa discussão, pois já vimos que a Emenda será rejeitada, mas acha interessante discutir assuntos inerentes, que vão de encontro a população, mas totalmente ao contrário, nós temos que procurar a chefe do Executivo para fazer isso, pois fazemos Ofícios e Indicações. E espera que essa

discussão seja feita o quanto antes por aqueles que estão sempre com a prefeita, porque se fosse para procurar a prefeita, faríamos uma Câmara dentro da Prefeitura. Realmente a campanha acabou, porque se fosse período de campanha e pudesse votar, o Projeto seria votado. Pede que seja feita essa discussão o quanto antes e que esse retroativo venha para os funcionários o quanto antes. A vereadora Alexandra Moreira explanou que o Parecer construído, indicando dispositivos da Constituição, que não são pertinentes ao assunto e a sua Emenda tem toda uma estrutura e um arcabouço legal. Afirmou que é advogada sim, com muito orgulho, inscrita na OAB há mais de vinte (20) anos e nunca promoveu litigância de má-fé, foi gestora desse município, nunca respondeu a ação criminal, não está envolvida em investigação do Ministério Público sobre corrupção, sobre desvio de dinheiro público na saúde. Também foi secretária de saúde e quando teve oportunidade fez pelos agentes comunitários de saúde, ao contrário da vereadora que falou aqui, que foi secretária de saúde e os agentes continuaram com o piso defasado. Então dizer que vai fazer agora, quando poderia ter feito, é muito fácil. Quando tiverem oportunidade, mostrem o contracheque para a vereadora, porque está escrito que a Lei 1.195/2010, concede 25% de reajuste e em 2010 o prefeito era Armando Carneiro. Os recursos para pagar os agentes, vem fundo a fundo e é repasse do Governo Federal e está escrito na Constituição. Sinalizou que hoje seria dia de festa, para os agentes não receberem o que é devido há muito tempo e há vinte e dois (22) meses estão levando calote. Expôs que a vereadora Simone não resolveu quando era secretária de saúde e agora vem dizendo que vai resolver e fazer Indicações. Ressaltou que aqui estão as suas três (03) Indicações, que não foram respondidas e nem podem fazer outra Indicação, porque já tem uma Indicação nessa Casa registrada. Vai resolver quando? Tinha que resolver agora. Sua Emenda não é ilegal e nem inconstitucional, desafia qualquer um aqui a dizer que sua Emenda é ilegal e arguiram artigo que nem guarda relação. Está bem claro na Emenda, onde está escrito na Constituição, que é Lei Federal, um piso mínimo da categoria, que lhe é devido e para isso o Ministério da Saúde faz o repasse fundo a fundo, para ser repassado. Sempre disseram para os agentes, que eles recebem mais do que o piso, falando em vencimentos totais, mas isso já foi esclarecido pela Justiça do Trabalho, que piso e vencimento, não pode ser inferior a Lei Federal. Se o município concede 25% de uma Lei que foi aprovada nessa Casa, só falta dizer que é para se calar, se não retira os 25%, mais os quinhentos reais (R$500,00) do PEMAQ, querem somar e dizer que é salário, daqui a pouco vão discutir até o triênio. Ai vem dizer que não podem por uma Emenda, só porque a Emenda é da vereadora Alexandra Moreira, é só por isso, a mesma

falou aqui que abriria a Emenda, para todos subscreverem. Que vaidade é essa? Isso que é politicagem. Servidores que estão com 43% de defasagem salarial. Vem dizer que hoje é dia de festa, porque estamos dando décimo terceiro para os programas sociais. Ótimo! Cade o reajuste do ticket do servidor, que foi anunciado em julho e não veio? É uma perda também que os servidores estão sofrendo. É lamentável ter que ouvir que essa vereadora que faz politicagem. Mas enfim, na politica o passado vem a frente e não adianta vir aqui e ficar de mi mi mi e querer atacar pessoalmente quem quer que seja. Ataque com argumentos, não com adjetivos e com baixarias. Infelizmente como vocês viram, a maioria vai negar a Emenda e é esse o governo, que cuida das pessoas. O presidente deu por encerrada a discussão e submeteu o Parecer a votação nominal. A vereadora Alexandra justificou o seu voto contra o Parecer, pois o Parecer não está subscrito pelo relator, sendo aprovado por oito (06) votos a favor, três (03) votos contra e dois (02) ausentes em turno único. O presidente solicitou ao primeiro-secretário, que faça a leitura do Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos, Obras e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 122/2021. O presidente colocou em discussão o Projeto de Lei. A vereadora Simone Flores explanou que é um importante Projeto de Lei, que fixará o piso dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, que foi muito discutido nessa Casa, mas precisamos enfocar que hoje está sendo visto esse piso, está sendo assumido um compromisso com essa Casa, para que se mantenha essa regularidade da atualização do piso. Então muito mais do que aprovar o piso, estamos assumindo um compromisso público de verdade. Se falou muito, inclusive citou o mandato da vereadora que vos fala, enquanto secretária e o seu mandato foi validado pela população. Pela ordem, a vereadora solicitou que se chame o feito a ordem, porque está saindo do assunto. A vereadora Simone Flores ressaltou que foi secretária e em 2018, articulou para que se houvesse a regularização do piso e isso foi feito no governo Fátima Pacheco, outros governos com orçamentos milionários, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 nada fizeram e o município de Quissamã permanecia com equipamentos sucateados, saúde debaixo de chibata e era esse o compromisso que se tinha naquela época com a população de Quissamã e com os servidores. Em 2018, o governo Fátima Pacheco deu o piso e agora através de uma articulação desse parlamento também, a prefeita Fátima envia para essa Casa, a regularização desse piso. Então hoje, mesmo que as pessoas queiram falar, hoje é um dia de festa, pois duas categorias estão tendo o piso federal, mas outros lutas nós temos que travar, nós reconhecemos o problema dos agentes de serviços gerais e vamos lutar para resolver o piso salarial deles também, porque é justo. Os auxiliares de creche também tem

demandas e trabalharemos essas demandas e hoje está sendo feito aqui, um fato muito importante, que é a regulamentação desse piso tão aguardado, tão esperado pelos servidores, agentes comunitários de saúde e agentes de endemia e quando falou dos benefícios, que o governo Otávio Carneiro muito bem deu, enfoca a construção e a permanência desses benefícios e deixou muito bem claro e que não deixará nenhum beneficio pra trás e manter todos os benefícios e ainda o piso e futuramente se alterar esse piso, podem contar com essa Casa, para que se regularize esse piso alterado, inclusive está previsto para ser alterado em janeiro de 2022. Contem com o trabalho correto, a Emenda que foi proposta, foi apenas uma politicagem inconstitucional, mas o Projeto é valido e é beneficio para duas categorias muito importantes, que vão contar com o piso salarial proposto pelo Executivo e trabalhado arduamente por essa Casa. Qualquer discurso além disso, é politicagem, é demagogia, é juridiquês barato de porta de delegacia, de gente que a gente nem sabe porque está aqui, porque não tem amor no coração, porque para fazer qualquer coisa na vida, precisamos ter amor no coração, gente que não tem compromisso com a população, justamente porque é trabalhado no ódio, na discórdia e na desavença, vive isso em casa e traz para o Plenário, para viver aqui também. Precisamos lamentar e sinceramente ter pena de pessoas assim, que agregam tão pouco para o município de Quissamã, mas nós vamos a frente, trabalhando sempre pelo município, sem ódio, sem revanchismo, com trabalho, com dignidade e com foco no cidadão e sem politicagem e demagogia, porque cobra com laço de fita, todo mundo conhece. A vereadora pediu encarecidamente a vossa excelência, que chamasse o feito a ordem, toda fez que arguisse uma questão de ordem aqui. Nós não estamos aqui para ouvir discurso de ódio, baixarias e agressões pessoais dirigidas a quem quer que seja, isso está se tornando uma postura costumais nessa Casa, já foi feito aqui contra vossa excelência, contra seu irmão que já presidiu essa Casa, contra o vereador Leone e reiteradamente direcionado a essa vereadora que vos fala. Falar da vida pessoal, agredir, caluniar e injuriar isso configura textualmente no nosso Regimento Interno, falta de decoro parlamentar e não podemos aqui aturar falta de decoro parlamentar, falta de compostura, falta de educação de quem vem para essa Casa para agredir pessoas e adjetivar. A vereadora sabe que vossa excelência vai fazer isso com certeza e isso é um reflexo da própria pessoa que faz a agressão, esse ódio verbalizado volta para a pessoa e as pessoas que estão assistindo, fazem o julgamento e nós sabemos disso, mas é preciso que vossa excelência não permita que isso aconteça nessa Casa, não vai se defender dos ataques e das ofensas que acabou de ouvir, porque pensa, que essa pessoa fala muito mais

sobre ela do que sobre a vereadora. O presidente esclareceu que de fato considera completamente desnecessário e desrespeitoso e crer que a grande maioria considera, nós entrarmos aqui na vida pessoal dos colegas e de quem quer que seja, pensa que os debates aqui, são totalmente válidos e promove a cidadania. Todos que estão aqui foram eleitos pelo povo, independente da votação que tiveram, estão aqui representando o povo e o povo não quer ver isso e a maioria aqui não quer ver isso. Se vamos discutir a Emenda, vamos falar sobre a Emenda, assim como os Projetos, agora falar sobre a vida pessoal de quem quer se seja, realmente é totalmente desrespeitoso e desnecessário, não agride apenas o vereador, agride a instituição, a população e a cidade, fala isso para todos, porque se nós nos respeitamos, seremos respeitados. Acha desnecessário entrarmos aqui depois em medidas de decoro, se cada um fizer o seu papel, todos sairemos ganhando. Deu por encerrada a discussão e submeteu o Projeto de Lei nº 122/20121 a votação nominal, sendo aprovado por nove (09) votos a favor e dois (02) ausentes em turno único. O presidente colocou em discussão em bloco o pedido de urgência, solicitados nas Mensagens nº 090, 091, 092, 093, 094, 095 e 096/2021 de autoria do Poder Executivo aos Projetos de Leis nº 115, 116, 117, 118, 119, 120 e 121, referente a autorização para abertura de crédito suplementar e adicional especial. Não havendo discussão, submeteu as Mensagens a votação nominal, sendo aprovadas por nove (09) votos a favor e dois (02) ausentes em turno único. O presidente solicitou ao primeiro-secretário, que faça a leitura dos Pareceres da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos, Obras e Serviço Público aos Projetos de Lei. O presidente solicitou a dispensa da leitura dos Pareceres, por serem favoráveis e de conhecimento da Casa e colocou o pedido em votação simbólica, sendo aprovado. Colocou em discussão os Projetos de Lei. A vereadora Simone Flores expôs que são uma série de remanejamentos, reforços de contas, basicamente tem duzentos e quarenta mil reais (R$240.000,00), que é recurso do COVID, tem recursos de folha de pagamento, tem recurso para aquisição de veículos para a vigilância em saúde. É uma série de remanejamentos, esses maiores para cumprir folha de pagamento, obrigações patronais, todos importantes, para dar seguimento as atividades do Executivo e todos passaram por essa Casa, pela Comissão de Justiça e Redação, teve tempo para todos os edis avaliarem os Pareceres e sabem do que se trata, são matérias importantes de remanejamentos propostos pelo Executivo, para dar conta de uma série, estão votando em bloco para ser mais rápido, mais todos nós já acompanhamos e sabemos de cada recurso, são recursos para saúde, educação, assistência, para pagamento de programas, são recursos para empenho de medicamentos. A vereadora Alexandra Moreira

esclareceu que estamos votando em bloco, vários pedidos de remanejamentos e essa Casa de forma alguma obstacularia, muito embora tenha verificado nove mil reais (R$9.000,00) num Projeto de Lei e quarenta e cinco mil reais (R$45.000,00) em outro Projeto de Lei, para pagar estofador, enquanto vereadora fará um Requerimento para saber que estofador caro é esse. Votará a favor, porque de maneira nenhuma obstacularia o governo. O presidente deu por encerrada a discussão e submeteu os Projetos de Lei a votação nominal, sendo aprovado por nove (09) votos a favor e dois (02) ausentes.

Quissamã, 20 de outubro de 2021.

SIMONE FLORES SOARES DE O. BARROS
VICE-PRESIDENTE

MÁRCIO OLIVEIRA PESSANHA
PRESIDENTE

CÁSSIO MARINS REIS
SEGUNDO SECRETÁRIO

LEONE CORDEIRO DA CONCEIÇÃO
PRIMEIRO SECRETÁRIO